

## ANÁLISE DO TERRITÓRIO VITIVINÍCOLA DA BAIRRADA, PORTUGAL

### ANALYSIS OF THE BAIRRADA WINE TERRITORY, PORTUGAL

**Áurea Andrade Viana de Andrade**

Universidade Estadual do Paraná, Colegiado de Geografia, *campus* de Campo Mourão,  
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Coimbra,  
Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança,  
aurea.viana@unespar.edu.br

**Norberto Santos**

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), Universidade de Coimbra  
norgeo@ci.uc.pt

#### Resumo

A internacionalização dos lugares tem influenciado as dinâmicas territoriais, especialmente pelos interesses econômicos. Tal fato provoca discussões entre os atores sociais locais para pensar o território. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar a atuação do Estado e dos atores sociais locais na promoção de políticas territoriais para o setor vitivinícola. Optou-se como *locus* a Bairrada, que se constitui em uma das rotas vitivinícolas e gastronômicas de Portugal. Ainda que sua emergência seja a região Denominação de Origem - DO, o enfoque foi de território. Para a pesquisa, o aporte teórico-metodológico foi centrado no desenvolvimento territorial, considerando a tipologia dos atores sociais, públicos e privados, os tipos de ações, as redes de circulação e de comunicações, a relação espaço/tempo nas territorialidades e nas relações para o desenvolvimento. A pesquisa foi organizada em dois momentos. No primeiro, realizou-se uma breve revisão bibliográfica e documental. No segundo momento, tratou da pesquisa empírica na Bairrada com entrevistas, entre gestores públicos e privados. Os resultados indicam que o território da Bairrada tem apresentado um desenvolvimento positivo, direcionando para um desenvolvimento desejável (normativo) e mais dinâmico.

**Palavras-chave:** Território. Vinho. Desenvolvimento. Bairrada.

#### Abstract

The internationalization of places has influenced territorial dynamics, especially due to economic interests. This fact has provoked discussions among local social actors to think about the territory. In this sense, this research seeks to analyze the performance of state and local social actors in promoting territorial policies for the wine sector. Bairrada was chosen as the locus, which is one of the wine and gastronomy routes in Portugal. Although its origin is the region Denomination of Origin, the focus was on the territory. For this research, the theoretical and methodological approach was centered on territorial development, considering the typology of social, public and private actors, the types of actions, the circulation and communication networks, the space-time relationship of its territorialities and developmental relations. The research was conducted in two stages. In

the first stage, a brief bibliographic and documentary review was carried out. In the second stage, an empirical research was conducted in Bairrada with interviews with public and private managers. The results indicate that the Bairrada territory has shown a positive development, leading to a desirable (normative) and more dynamic development.

**Keywords:** Territory. Wine. Development. Bairrada.

## Introdução

Nas últimas décadas, vive-se o apogeu da internacionalização dos lugares, dos sujeitos sociais, dos avanços das formas de organização social, das regulações de objetos e dos fluxos. Esse evento tem influenciado fortemente as dinâmicas territoriais em diversas regiões do mundo. Trata-se de um conjunto de programas (i) materiais que modificam os territórios e seu “equilíbrio preexistente” em diferentes aspectos e dimensões na relação ao crescimento econômico ou ao desenvolvimento, em escalas nacional, regional e local.

Para a compreensão de território nesse cenário, é importante analisar seu contexto nas dimensões territoriais geográficas, a relação local e global, isto é, devem-se considerar a realidade contemporânea, as mudanças, as influências e os interesses econômicos internacionais no local. Simultaneamente, o local acolhe e descarta esses vetores, tornando-se, assim, formador e detentor de sua individualidade. A internacionalização do lugar promove discussões entre os atores sociais (endógenos) para pensar ações para o desenvolvimento do território. Todavia, o território são formas espaciais de relações entre sujeitos e redes, como a mediação simbólica, cognitiva e prática, que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social (DEMATTEIS, 1999 *apud* SAQUET, 2007). É “onde o desenvolvimento contém mudanças e permanências, tradições e identidades, relações de pertencimento e confiança [...]” (SAQUET, 2018, p. 22).

Nessa concepção, o território passou a ocupar centralidade na ciência geográfica, tornando-se necessário entender seus desdobramentos teóricos e metodológicos, bem como o método de atuação do Estado e dos atores sociais locais nas políticas (públicas e privadas) para o desenvolvimento territorial.

Tomando isso por fundamento, esta investigação tem como objetivo analisar a atuação do Estado e dos atores sociais locais na promoção de políticas territoriais que se estabelecem para o setor vitivinícola. Assim, optou-se pelo estudo na Bairrada (Portugal), por se constituir em uma das onze regiões portuguesas produtoras de vinhos. Intenciona

também avaliar as forças e as fraquezas internas ao território, bem como as oportunidades e as ameaças externas que influenciam as formas de ações e estratégias para o desenvolvimento no/do território vitivinícola. Em resumo, esta pesquisa busca examinar as relações sociais dos vitivinicultores, as redes de sistemas locais (cidades, distritos etc.) da Bairrada com sua estrutura de base, ou melhor, as vias de comunicação, circulação e acesso, como, rodovias, ferrovias e portos.

As redes são importantes instrumentos para “transportar” o global ao local. Igualmente, estuda a ação governamental na década de 1970, que elevou a região à Denominação de Origem – DO, o que contribuiu para a Bairrada se tornar mais conhecida, expandir a produção e a comercialização de vinhos “maduros” (tintos, rose e branco) e especialmente de espumantes, tornando-se a maior produtora nacional de tais produtos. Nesse território, também se encontram pequenos produtores (minifúndios), uma adega cooperativa e adegas particulares, vitivinícolas, dentre outros atores que se destacam pela gastronomia, conhecida nacionalmente e com projeção internacional.

A pesquisa foi organizada em dois momentos. No primeiro, realizou-se uma breve revisão de literatura nacional e internacional, em que foram analisados artigos, relatórios, dissertações e teses a respeito de estudos de casos da Bairrada, bem como atos normativos para o setor vitivinícola. No segundo momento, iniciou-se a pesquisa empírica na Bairrada com entrevistas com gestores públicos e privados, técnicos e vitivinicultores, de abril a junho de 2019. Foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas com 17 questões pré-definidas, englobando as dimensões territoriais (política, econômica, cultural e ambiental), ou seja, envolvendo quatro grandes eixos temáticos, articulados aos objetivos centrais da pesquisa.

A Bairrada possui grande potencial para crescimento e desenvolvimento em todas as dimensões (econômica, política, cultural, ambiental etc.), haja vista ter apresentado um desenvolvimento positivo, muito dinâmico e direcionado para um futuro desejável.

### **Enquadramento Teórico e Metodológico**

Como a investigação científica exige a análise do objeto por intermédio de conceitos, neste estudo, prioriza-se apresentar, em linhas gerais, a problemática da identificação do conceito de território e seus correlatos, na perspectiva das dimensões

geográficas territoriais (política, econômica, cultural e ambiental), bem como as relações de poder, as redes de circulação e de comunicação.

Em primeiro lugar, apresenta-se uma abordagem mais genérica a respeito da questão conceitual do território na perspectiva relacional, esse é compreendido a partir das relações de poder, das redes de circulação e da comunicação, dominação e apropriação de recursos naturais e demais dimensões das territorialidades, materiais e imateriais (RAFFESTIN, 1993).

Para alguns estudiosos, além do crescimento econômico, é preciso imprimir outras dimensões ao conceito de desenvolvimento territorial, tais como cultural, política, ambiental. Assim, ele deve ser visto como uma mudança social positiva na lógica da qualidade de vida da população. Discutir território também é discutir as relações cotidianas, visto que as relações acontecem nele. Os territórios são formados historicamente a partir do indivíduo e de suas relações com os outros, em uma interação com o meio. Desse modo, é necessário compreender o cotidiano historicamente condicionado em uma concepção dialética, de movimento contínuo e descontínuo, de contradição e de dominação.

Após revisão das obras de Lefebvre, Tedesco (2003, p. 145-146) ressalta que aquele autor considera as “continuidades e discontinuidades, o que é cíclico e linear, a reprodução das relações de produção, seu poder de normalização. Todavia, suas análises revelam o potencial crítico e inventivo dos grupos e dos indivíduos, a forma como o micro e o macro se relacionam”. Lefebvre (1978) entende o cotidiano como *locus* de apropriação do “devir social”, como um atributo social e individual, em permanente transformação. Do mesmo modo, ele é concreto e abstrato, também é constituído a partir do vivido. “O cotidiano, ele próprio, é a mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade” (LEFEBVRE, 1978, *apud* TEDESCO, 2003, p. 148).

A organização do território acontece na vida cotidiana por meio das relações sociais e das relações sociedade/natureza. Raffestin (2009, p. 26) afirma que, “para construir um território, o ator projeta, no espaço, um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”. O território é resultado das territorialidades tecidas pelos homens, é

manifestação de poder, em que se distinguem os poderes: o Poder do Estado e o dos diversos poderes presentes na sociedade.

Os diferentes significados de território e sua crescente complexidade podem ser pensados e enfatizados como “simples suporte, no âmbito espacial da interação entre os sujeitos-atores das ações planejadas do desenvolvimento” (DANSERO, 2012, p. 206). De acordo com Dansero e Baggiani (2011, p. 12), “não habitamos o espaço, nem mesmo o ambiente natural, mas um território, um ambiente que está profundamente e incessantemente transformado por ação humana”. Os autores discorrem que, para entender a complexidade do território, é necessário entender nas concepções distintas que se complementam no entendimento dos problemas, das políticas ambientais e das políticas públicas. Pelo menos no plano teórico, o território assume centralidade na definição de desenvolvimento local, o que implica não somente a dimensão econômica, como também social e política, dentro de um processo contínuo e não apenas temporal (ANDRADE; SERRA, 2017).

Nos estudos de desenvolvimento, há duas formas de abordagens: *positiva e normativa*. Na positiva, o desenvolvimento é considerado um processo histórico de mudanças sociais quando uma sociedade é analisada na sua transformação durante um longo período, referindo-se ao estudo do desenvolvimento como ele realmente é. A *normativa* é uma descrição, com medida, e com objetivo de uma sociedade desejável ou como ela deveria ser (HETTNE, 1986 *apud* ANDRADE; SERRA, 2017).

Atualmente, há uma tendência da dimensão normativa em pesquisas sobre problemas do desenvolvimento. Hettne (1986 *apud* ANDRADE; SERRA, 2017) assegura que o *normativismo* foi causado, em parte, pelo excesso de positivismo, que, sem intensão, provoca uma acentuada banalidade e irrelevância da pesquisa. As análises sobre desenvolvimento devem ser explicitamente normativas e avaliar criticamente os fins e os meios em conformidade com as leis teóricas ao invés de procurar uma realidade oculta.

Com base nesses pressupostos teóricos, estabeleceu-se a relação com a pesquisa empírica. Essa decorreu de um trabalho intenso de campo, em que se levantaram os principais atores sociais, públicos e privados que atuam no território ligado ao enoturismo e à gastronomia. A pesquisa teve o território como fonte direta dos dados por meio de entrevistas com questões abertas e semiestruturadas, considerando todas as dimensões geográficas territoriais.

A análise do território da Bairrada esteve ligada à produção vitivinícola, à gastronomia e ao enoturismo. Esse último, apesar de ser um conceito criado recentemente, inclui vários componentes importantes para o nível de desenvolvimento das atividades associadas ao vinho e ao turismo em várias regiões do mundo (BARROCO; ANTUNES, 2015). Em síntese, trata-se de um seguimento do turismo gastronômico em que as visitas aos destinos são motivadas pela apreciação de vinhos e das tradições das localidades vitivinícolas. O enoturismo proporciona ao turista a oportunidade de conhecer as paisagens com o cultivo das vinhas, as rotas, os tipos de castas, o processo de produção e fermentação, as formas de armazenamento e de envelhecimento da bebida. Tudo isso associado à história, à herança cultural e à identidade do território.

Para Morris e King (1997 *apud* CORREIA, 2005, p. 31), o enoturismo é uma nova atividade “industrial” centrada no espaço rural, longe das grandes áreas urbanas, com “importante papel no desenvolvimento regional, na criação de postos de trabalho, no crescimento econômico local/regional, na captação de novos investimentos para o turismo e outras atividades”. Ademais, é um produto e um conceito atrelado ao desenvolvimento territorial.

### Área de estudo

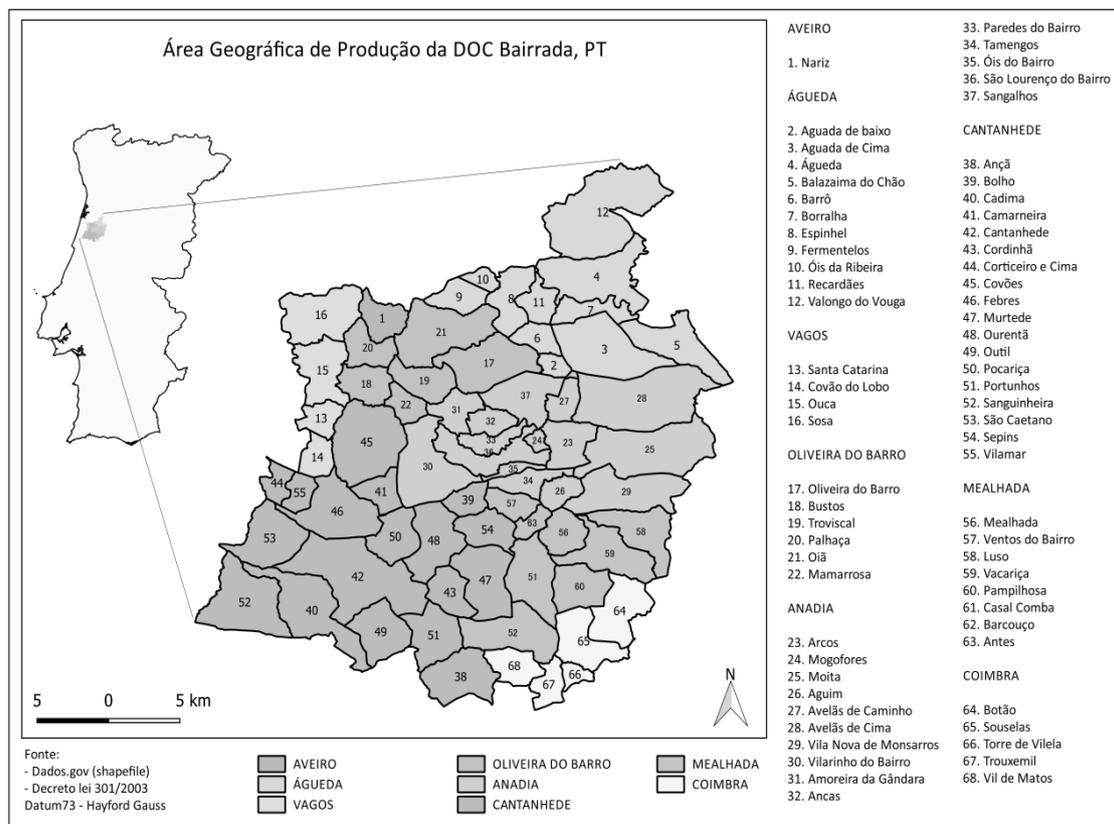
A Bairrada localiza-se no Centro Norte de Portugal, limitada ao Norte pelo Rio Vouga, ao Sul pelo Rio Mondego, a nascente pelas serras de Caramulo e Buçaco e a poente pelo Oceano Atlântico (AIRES, 2006, *apud* ALMEIDA 2008). A Bairrada não se trata de uma unidade administrativa. Em seu território, ela apreende as áreas dos Municípios/Concelhos de Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro, e parte da área dos Municípios/Concelhos de Águeda, Vagos, Cantanhede, Coimbra e Aveiro (conforme a Figura 1).

O termo “Bairrada” possui certa diversidade de definições e explicações etimológicas, muitas vezes divergentes entre os estudiosos. Em meio a geógrafos e filósofos, tal dissensão surge do estudo da topônimo “Bairrada” (MOTA, 1993).

Depois do “velho” Pinho Leal, no conhecido verbete que consagrou à região, ter lavrado sentenças: “na minha opinião – Bairrada procede da palavra árabe Barria, que significa campina ou coisa campestre”. Uns deles inclinaram-se para a ideia segundo a qual o topônimo proveio do barro, material abundante da região, a teoria mais vulgarizada

nomeadamente por Jorge Gaspar, mas contrariada um pouco por José Pedro Machado, Amorim Girão e Joaquim da Silveira (MOTA, 1993, p. 21).

**Figura 1 – Território da Bairrada**



Fonte: Lei 301/2003 - Org. Andrade e Santos, 2020.

Joaquim da Silveira (*apud* MOTA, 1993) assegura que a origem do vocábulo não apresenta ligação com barro, mas relativo a bairros ou a um conjunto de bairros, embora esse material terroso seja comum em toda a área. Desde o século XI, o termo aparece como referência à constituição do território da Bairrada (MOTA, 1993).

Para o geógrafo António Manuel Fevereiro Chambel, a Bairrada era uma região dos pântanos, juntamente com “a Ribeira, a Ria e a Gândara, faz parte da Região da Beira Litoral” (MOTA, 1993, p. 23). Para Mota, não se sabe ao certo onde a Bairrada inicia e termina. Logo, a controvérsia não se dava apenas no campo da etimologia, mas também em relação aos limites territoriais, que não eram bem definidos entre as diferentes concepções. Ainda segundo o autor, em um Dicionário de 1878, consta que a Bairrada se

estendia de Aveiro a Coimbra e se destacava entre as melhores regiões produtoras de vinho do país.

A Bairrada possui singularidade própria no que tange às suas características político-administrativas, econômicas, culturais e naturais. Com relação aos aspectos naturais, ela se assenta em uma superfície constituída de planaltos, vales e as serras do Buçaco e do Caramulo. Ainda no âmbito natural, a Bairrada, por se tratar de um território vitivinícola, é fortemente dependente das condições climáticas, visto se tratar de um fator físico-geográfico muito complexo e altamente variável entre regiões e até mesmo interno ao território.

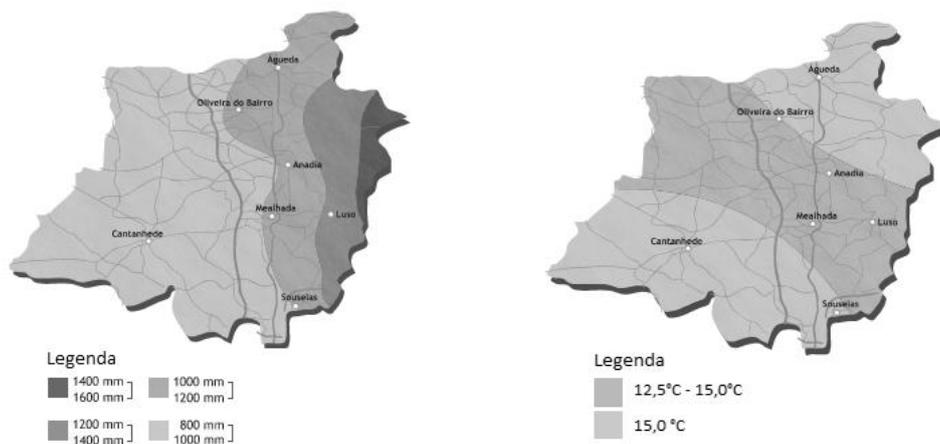
Considerando o sistema de classificação de *Köppen* para Portugal continental, o Clima é o Csa, temperado úmido com estação seca no verão, temperatura média de 22°C e inverno chuvoso. Nas regiões portuguesas, há notáveis diferenciações climáticas, provocadas por diversos fatores físicos, que são agentes causais condicionantes dos elementos meteorológicos. Essas distinções também são fundamentais às viticulturas, por influenciar diretamente as castas e sua adaptação às condições ambientais do território.

Segundo Climaco et al. (2017), em termos globais, as regiões vitivinícolas podem ser divididas em dois grandes grupos: a) aquele que sofre uma moderada influência dos ventos marítimos, em que se encontra a Bairrada, as Terras do Sado, os Vinhos Verdes e a Estremadura e; b) o grupo em que as regiões são genericamente mais quentes e recebem influência do Atlântico, como Douro, Trás-os-Monte, Dão, Beira interior, Ribatejo, Alentejo e Algarve. Segundo Climaco et al. (2017), o clima da Bairrada é classificado como mediterrâneo moderado pelo Atlântico, também caracterizado como suave, temperado quente influenciado pela proximidade com o Oceano, com noites frias e secas moderadas.

Em estudo realizado por Almeida (2008), após analisar uma série histórica de precipitação (1961 – 1990), juntamente com o mapa das isoietas, observou-se que as precipitações não são distribuídas de forma equitativa na Bairrada. Em uma longa faixa que se estende de Norte a Sul na porção Oeste do município de Mealhada, a média de chuvas fica entre 800 a 1000 milímetros. Outra faixa que se prolonga entre o centro sul em direção ao Norte, o índice de precipitação é de 1000 a 1200mm. Na medida em que segue para Leste, na porção SE a NE da região, a precipitação fica entre 1200 a 1600mm. Nas direções SE a NO, o índice de distribuição de chuvas e o de maior valor, com uma

média histórica de 1600 a 2000mm (ALMEIDA, 2008), ficam na porção do território da Mealhada. As faixas de precipitações podem ser observadas na Figura 2.

**Figura 2** – Índice de precipitação e temperatura média da Bairrada



Fonte: Comissão Vitivinícola Bairrada, 2019 (on-line).

Almeida (2008) também observou que a temperatura média situa-se entre 12,5°C a 16°C e que se regista média de até 22,5°C e a mais baixa de 8°C no mês de julho. O autor também assegura que as temperaturas extremas, a Sudeste da Bairrada, podem ocorrer de 20 a 30 dias com geadas ao ano e de Oeste para Norte de 10 a 20 dias. Ao Norte, pode-se registrar ocorrência de 1 a 5 dias com geadas ao ano, e os vales são mais afetados do que as colinas. O Clima é um dos fatores naturais mais importantes para produção vinícola, pois seus efeitos, provocados pelas temperaturas, pelo índice de precipitação e outros, causam impactos diretamente na qualidade das uvas e dos vinhos.

Outro fator, não menos importante, para a tipologia e a qualidade dos vinhos é o solo, uma vez que se trata da “coleção de corpos naturais dinâmicos, que contém matéria viva e resulta da ação do clima e de organismos sobre um material de origem, cuja transformação em solo se realiza durante certo tempo e é influenciada pelo tipo de relevo” (LEPSCH, 2010, p. 19). Para Almeida. (2008), trata-se do substrato lítico do terreno que condiciona as características dos solos e as suas potencialidades para os diferentes tipos de uso, ocupação e produção do território.

Considerando os tipos de solos em Portugal, pode-se observar que o território da Bairrada é rico em variedades de solos, em que se encontram as seguintes classes de solos: 1 - Cambissólos cálcicos; 2 - Cambissólos crômicos; 3 - Cambissólos eutrícos; 4 -

Cambissólos húmicos; 5 - Fluviossolos eutrícos; 6 - Litossolos eutrícos; 7 - Luviosolos rodacromáticos cálcicos; 8 - Podzóis órticos; e 9 - Rigossolos dístricos.

Segundo Almeida, Dinis e Tavares (2011), salvo essas classes de solos que se apresentam na Bairrada, existe uma significativa porção do espaço com solos ainda em formação, os Cambissólos. Logo, os Fluviossólos aparecem em pequena porção ao Sul e tem uma textura mediana. Os autores também asseguram que os Litossólos são pouco desenvolvidos na região, representando uma pequena porção a Sudeste da Bairrada. Os Litossólos que aparecem ao sul apresentam um horizonte B com argila, mas o grau de saturação é básico. Os Podzóis órticos encontram-se em uma grande extensão a Nordeste e na porção central da Bairrada. Os Rigossólos dístricos aparecem em pequenos pontos no extremo da área de estudo, são solos de granulometria mais grosseira, com pouca capacidade de retenção de umidade (ALMEIDA et al., 2008).

O solo é um recurso natural importante para o desenvolvimento dos territórios rurais. A interação dos fatores de sua formação sob a atração da dinâmica interna do sistema de solo e dos processos pedogenéticos específicos condiciona as características do solo de um ambiente e, conseqüentemente, as formas de ocupação e de uso da terra, tornando-se, assim, um fator importante para relações sociais de produção.

De acordo com Almeida (2008), até o século XX, a Bairrada era ocupada por florestas, com culturas associadas a cereais, vinhas e oliveiras. O trigo era o principal cereal e ocupava as áreas inferiores, de modo que as colinas e os morros destinavam-se ao cultivo de vinhas e oliveiras. Todavia, nas últimas décadas, ocorreu uma mudança no campo: a vinha passou ser a principal fonte de renda entre as culturas, ocupando 70% do rendimento bruto da agricultura.

A estrutura fundiária da Bairrada é constituída, na maior parte, de minifúndio, no qual são cultivadas as vinhas para produção de vinhos e de seus derivados, como água ardente e vinagre, considerada uma das principais atividades econômicas. Ainda nesse setor, destacam-se as adegas particulares e a adega cooperativa de Cantanhede.

A Bairrada, do ponto de vista político-administrativo, encontra-se localizada entre dois Distritos, Coimbra e Aveiro, que pertencem a Unidades Territoriais de Portugal - Nuts III. As Nuts foram criadas pela União Europeia para colaborar com as políticas territoriais. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n. 46/1989 (PORTUGAL, 1989),

alterado pelo Decreto-Lei n. 21/2010 (PORTUGAL, 2010), foram definidos três níveis de Nuts para Portugal:

- a) NUTS I - constituído por três unidades, correspondentes ao território do continente e de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- b) NUTS II - constituído por sete unidades, as regiões, das quais cinco no continente e os territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- NUTS III - Constituído por 25 unidades, as sub-regiões, das quais 23 no continente e 2 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e correspondem as Entidades Intermunicipais (PORTUGAL, 2010, on-line).

Os municípios de Mealhada, Oliveira do Barro, Águeda e Anadia estão localizados próximos ao rio Cértima, com uma rede de circulação bem estruturada. O território é recortado pela rede de rodoviária das principais autoestradas de Portugal, envolvendo as seguintes autoestradas: a A1, que liga Lisboa a Porto, a A17 entre Aveiro e Figueira da Foz e a A14, via sentido Leste a Oeste, ligando o Distrito de Coimbra à Figueira da Foz. Do mesmo modo, linha ferroviária do Norte que atravessam a região Norte a Sul do país.

Nas últimas décadas, as dinâmicas demográficas em Portugal revelaram que dois terços dos municípios do interior estão em situação de risco com baixa densidade demográfica provocada por alguns fatores, políticos, sociais e econômicos, conforme assegura (SALVADO, 2017):

- a) Desertificação física provocada pelo abandono de terras e das atividades produtivas;
- b) O declínio das dinâmicas económicas e a perda de massa crítica-demográfica, social, económica e até institucional – necessária para viabilizar projetos e investimentos geradores da vitalidade necessária para manter níveis mínimos de ocupação do território;
- c) O acréscimo significativo dos custos de manutenção de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo;
- d) A diminuição de serviços públicos fundamentais e a correspondente degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida. (SALVADO, 2017, p. 298-299).

Entre as décadas de 1981 e 2001, os municípios da Bairrada tiveram um crescimento populacional expressivo de aproximadamente 50%, conforme é possível observar nos dados contidos na Tabela 1. Nos últimos anos, entre as décadas de 2011 e

2018, seis municípios têm gradualmente perdido a população, especialmente Coimbra, que apresentou uma perda de 8.535 habitantes.

**Tabela 1** - População dos Municípios da Bairrada de 1981 a 2018

Municípios da Bairrada:	Número de habitantes					
	1981	1991	2001	2011	2017	2018
Águeda	43.216	44.045	48.991	47.680	46.467	46.163
Anadia	29.820	28.899	31.443	29.083	27.691	27.437
Aveiro	60.284	66.444	73.535	78.278	77.436	77.773
Cantanhede	38.717	37.140	37.839	36.614	35.477	35.208
Coimbra	38.930	139.052	148.260	142.475	134.252	133.940
Mealhada	19.305	18.272	20.740	20.425	20.047	19.946
Oliveira do Bairro	17.517	18.660	21.221	23.115	23.797	23.896
Vagos	18.548	19.068	22.038	22.891	22.797	22.719
<b>Total</b>	<b>208.859</b>	<b>371.580</b>	<b>404.067</b>	<b>400.561</b>	<b>387.964</b>	<b>387.082</b>

Fonte: INE/ PORDATA (2019). Org. Andrade e Santos (2020).

Em parte, esse fenômeno é atribuído aos fatores, políticos, sociais e econômicos discutidos por Salvado (2017). A Bairrada, por abranger municípios de dois distritos diferentes, mostra-se distinta em sua dinâmica: enquanto há municípios mais ligados a setores tradicionais, como a produção de vinho, outros em setores mais competitivos, modernizados e de forte industrialização.

### Território Denominação de Origem Bairrada

Apesar das características dos atributos naturais serem favoráveis à produção vitivinicultura, até o final dos anos 1970, Portugal investia pouco na produção, mesmo reconhecendo a sua importância econômica, social e cultural. Nesse período, os demais países europeus produtores de vinho já apresentam políticas bem definidas para a área, especialmente para melhorar a qualidade dos vinhos. Historicamente, Portugal foi pioneiro quanto à demarcação de regiões vitivinícolas e de suas regulamentações, desde o período de Marquês de Pombal, em 1757, com a demarcação da região do Douro, Resolução n. 334/79 (PORTUGAL, 1979). Até os anos de 1930, Portugal era considerado um país periférico, “dentro do contexto europeu, muito dependente da agricultura cujas classes dominantes eram fortemente marcadas pela importância econômica e política dos setores agrários, bem como do comércio colonial e internacional” (PEREIRA, 2007, p.22).

No período do Estado Novo (1933-1974), ou Segunda República Portuguesa, o Estado era centralizador, corporativista, controlava as empresas, as normas de produção, o controle dos preços, desde o produtor ao consumidor, à exportação etc. Especificamente, o setor vitivinícola esteve centrado nas exportações, visto se tratar de uma fonte vital de divisas e, especialmente, ser um mercado de trabalho que agregava milhares de pessoas. Nesse período, foi criada a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal. Essa Federação tinha poder de regulação, de créditos, bem como o controle da produção, armazenamento e dos preços.

Foi neste contexto conturbado que surgiu a primeira estrutura corporativa para, regular o mercado dos vinhos correntes - a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP) - criada pelo Decreto-Lei nº. 23 231, de 17 de Novembro de 1933. Ao mesmo tempo foi criado o Grémio do Comércio e de Exportação de Vinhos. (GCEV) (Decreto-Lei 23 232) e reestruturada a organização de Produção e Comércio dos vinhos de pasto das regiões de Bucelas, licorosos de Carcavelos e Moscatel de Setúbal, com a criação dos grémios regionais de viticultores e de exportadores constituindo União Vinícolas Regionais (Decreto-Lei nº 23 230). (PEREIRA, 2007, p. 30).

A organização durou até 1937 quando foi substituída pela Junta Nacional do Vinho (JNV), organismo de coordenação econômica e de atuação na política de produção e comércio vitivinícolas. A JNV contribuiu para a melhoria das condições de fabricação e conservação de vinhos, a regularização de seus preços e de seus derivados - desde a produção até ao retalho -, a concessão de créditos à produção, para a concessão de certificados de origem referentes às marcas regionais da zona da sua influência, entre outros. A JNV impulsionou a criação de uma rede de adegas cooperativas, visto que a capacidade de cada adega excedia a média anual (PEREIRA, 2007).

Portugal até final da década de 1930, ainda estava atrasado frente ao desenvolvimento da produção vitivinícola europeia. Pereira (2007) assegura que a JNV permaneceu sempre como interventora no mercado, apesar dos critérios discricionários, e muito mais compradora que o contrário, razão pela qual teve de continuar a aumentar a sua capacidade de armazenagem, quase até meados dos anos de 1980, em que foi extinta, por inoperância e por construir-se em um pesado encargo para o setor vitivinícola.

Em termos regionais, buscava-se reverter esse quadro de atraso. Para tanto, no fim da década de 1970, o governo em publicou atos normativos, entre os quais: a Portaria n.

709-A/79 e a Resolução n. 334/79, que definem a orientação para a demarcação de novas regiões vitivinícolas, designando a Bairrada como Região Demarcada. Conforme estabeleceu o Conselho de Ministros de Portugal, reunidos no dia 22 de novembro de 1979, conforme Resolução n. 334/79, publicada no Diário da República, em 30 de novembro de 1979 (PORTUGAL, 1979, p. 2):

1 - Que sejam acelerados os estudos com vista a demarcar, com a brevidade possível, novas regiões vitivinícolas em relação às quais existam os indispensáveis elementos informativos.

2 - Que, em resultado dos estudos realizados, seja desde já reconhecida como denominação de origem a designação “Bairrada”, em relação aos vinhos tradicionalmente produzidos nessa região e que satisfaçam as exigências estabelecidas para o efeito.

2.1 - A Região Demarcada da Bairrada abrangerá, no todo ou em parte, conforme os casos a definir no estatuto da região, os concelhos de Águeda, Anadia, Aveiro, Cantanhede, Coimbra, Mealhada, Oliveira do Bairro e Vagos.

A Região Demarcada da Bairrada abrange vários Concelhos, em sua totalidade ou parcialmente, algo definido em Estatuto. Como Região Demarcada, a Bairrada passou a emitir certificação de vinhos, queijos, manteigas e outros produtos agrícolas. De acordo com o Decreto-Lei n. 70/91, publicado no Diário da República n. 33 de 1991 (PORTUGAL, 1991, p. 614):

Desde essa data, o desenvolvimento verificado na região, para o que muito contribuiu a constituição, em 1986, da sua Comissão Vitivinícola, vem prestigiando os seus vinhos, quer no mercado nacional, quer internacional, sendo indubitavelmente uma das nossas mais progressivas regiões vitícolas. É neste contexto que se justifica o alargamento da denominação de origem aos vinhos rosados e espumantes naturais, os quais, frutos de um clima particularmente propício, vêm firmando, ao longo de um século de existência, a sua reconhecida qualidade. Assim se prossegue um dos objectivos essenciais da modernização do sector, através da possibilidade da certificação de produtos de qualidade, visando-se a sua valorização e promoção comercial e a conseqüente melhoria do rendimento dos produtores.

No período de 1986, após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, as normas para o setor unificaram-se, houve mais investimentos para a qualidade e a promoção dos vinhos. Em 1991, o sistema de controle de produção de vinho que vigorava

no país foi substituído, por meio do Decreto-Lei n. 70/91 (PORTUGAL, 1991), que aprovou o Regulamento da Denominação de Origem Controlada da Bairrada – DOC.

Nesse período, outras ações importantes, como o enoturismo, foram impulsionadas nos territórios vinícolas portugueses. De acordo com Correia (2005), na década de 1980, alguns países europeus já reconheciam as vantagens do turismo do vinho, incentivando o enoturismo, porém que, em Portugal, passou a ser reconhecido como alternativa econômica somente com a criação das Rotas de vinhos. Mais precisamente no início dos projetos das Rotas, em meados de 1993, “o país juntamente com oito Regiões europeias” participou de um programa de cooperação internacional promovido pela União Europeia. Esse programa tinha como intenção criar, em escala europeia, uma dinâmica econômica e cultural, com uma definição e uma metodologia de transferência de conhecimento nos domínios comerciais, de formação e de turismo. Nessa perspectiva, foram implantadas as bases do Despacho Normativo n. 669/94 (PORTUGAL 1994), na criação das Rotas de vinhos portuguesas.

Para Correia (2005), com o Despacho Normativo n. 669/94 (PORTUGAL, 1994), a Bairrada foi instigada à candidatura. No Despacho, consta a necessidade de se investir na criação de rotas para promover a diversificação da oferta turística nacional, ligada à tradição de produção de vinhos de qualidade. No Despacho também consta que seja promovido o potencial turístico das adegas, caves e quintas com a produção do vinho e outros para a dinamização de rotas de vinho. O autor assegura que a candidatura da Bairrada apresentava quatro objetivos centrais:

- a) Melhorar as estruturas dos vitivinicultores-engarrafadores;
- b) Proceder à sinalização exterior da região demarcada e interior dos agentes da rota;
- c) Elaborar documentação promocional;
- d) Desenvolver infraestruturas complementares da rota (centros de interpretação da rota e a Casa Museu do Vinho da Bairrada). (CORREIA, 2005, p. 99).

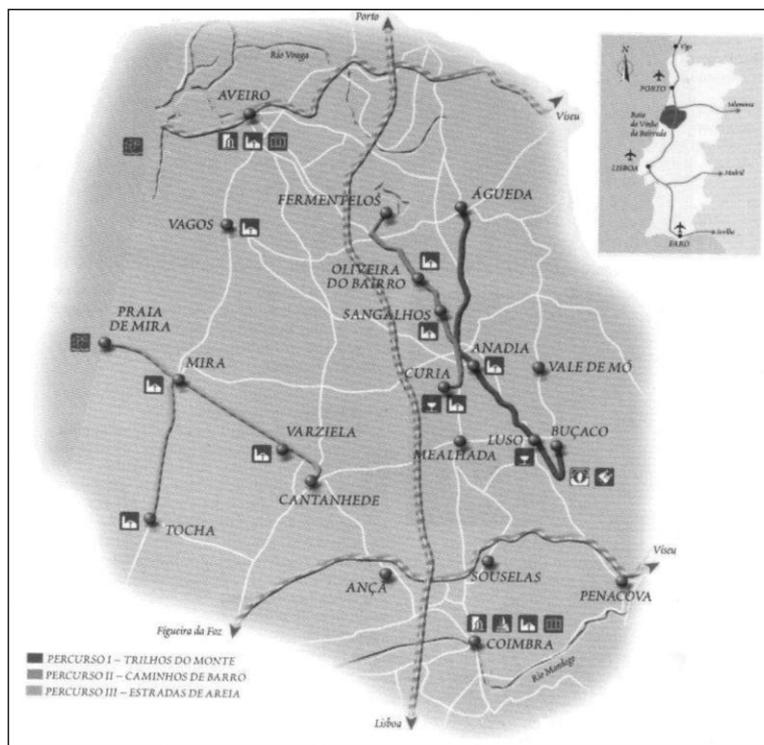
A Rota de Vinho da Bairrada foi iniciada em 1995, e seu lançamento oficial data de 24 de maio de 1999, em Buçaco. A Rota começou por um grupo de atores locais, ligados ao turismo e à vitivinicultura, que tinham como objetivo central promover os produtos da Região Demarcada (CASTRO, 2014).

Segundo Correia (2005), imediatamente à candidatura, foi instituído o Conselho da Rota Bairrada (CROT) para dinamizar as ações da Rota. Integravam o Conselho os quatro principais municípios da região (Mealhada, Anadia, Cantanhede e Oliveira do Bairro) e mais cinco entidades (a Comissão Vitivinícola da Bairrada; a Associação de Desenvolvimento Local do Mondego – Adelo; a Direção Geral e o Fundo do Turismo; a Comissão de Coordenação da Região Centro). O Conselho “pretendia ser a base de sustentação da futura estrutura de animação e gestão da Rota de Vinho Bairrada – RVB e, ainda, observador das condições dos aderentes inscritos” (CORREIA, 2005, p. 99). Após a avaliação das candidaturas, foram selecionadas algumas caves, cooperativas e vitivinícolas para compor a Rota:

- |                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| a) Estação Vitivinícola da Bairrada. | m) Caves Barroço.                         |
| b) Caves Solar de S. Domingos        | n) Quinta da Graciosa.                    |
| c) Sogrape.                          | o) Adega Cooperativa Mealhada.            |
| d) Caves S. João.                    | p) Adega Cooperativa de Cantanhede.       |
| e) Quinta da Grimpa.                 | q) Adega Cooperativa Vilarinho do Bairro. |
| f) Caves Messias e quinta do         | r) Adega Cooperativa Souselas.            |
| g) Valdoeiro.                        | s) Adega Cooperativa Mogofores.           |
| h) Quinta do Carvalhinho.            |   |
| i) Luís Pato.                        |   |
| j) Quinta do Ferrão.                 |   |
| k) Caves Aliança.                    |   |
| l) Caves Coimbra.                    | (CORREIA, 2005, p. 100).                  |

Ainda de acordo com Correia (2005), para a sinalização da Rota, havia uma proposta interna e outra externa. A interna compreendia a instalação de placas de aproximação e localização das vitivinícolas; e a externa, a sinalização com placas em pontos estratégicos de acesso à Bairrada. Nesse período, também foram criados três percursos para serem visitados pelos turistas e visitantes, quais sejam: Trilhos do Monte, Caminhos de Barro e Estradas de Areia, conforme se pode observar na Figura 3.

Figura 3 - Percursos da Rota Vitivinícola Bairrada



Fonte: Correia, 2005.

Assim como outras estratégias, a de criação dos percursos foi implementada a partir de 1995, paulatinamente. Essas ações surgem das necessidades do local envolvendo diferentes atores, endógenos e exógenos, das oportunidades externas dadas ao território e, especialmente as oportunidades ocasionadas pelo governo nacional, por meio da política pública para criação das rotas no país.

Para dinamizar e fortalecer a Rota do Vinho, bem como para melhor articular os agentes turísticos, culturais e os vitivinicultores, foi criado um plano de reestruturação, chamado de “Plano de Revitalização da Rota do Vinho Bairrada”, que visava a agregar mais parceiros a nível regional e que estava aberto a outros atores, desde que o setor estivesse interessado em contribuir para a promoção e o fortalecimento da Bairrada (CASTRO, 2014). Uma estrutura, cujo fundamento está na articulação entre agentes públicos e privados, com vistas à elaboração de políticas para o desenvolvimento, também foi gerada.

Segundo Costa et al. (2011 *apud* CASTRO, 2014), entre os contributos positivos do plano, destacam-se: a) maior abrangência regional, quer dizer, a inclusão de outros concelhos da Bairrada, em que a produção de vinho não é expressiva, como o Concelhos

de Aveiro e de Coimbra; b) melhor aproveitamento da diversidade na oferta turística, como praia, serra, gastronomia, termas, cultura, dentre outros e; c) maior divulgação da Bairrada em todas as dimensões, a fim de não somente atrair apreciadores de vinhos, mas também de conquistar diferentes públicos para visitar a Bairrada. Nesse contexto, os atores criaram a Associação Rota Bairrada em 2006.

Desde a criação da região da Bairrada, em 1979, várias modificações ocorreram, a fim de atender às exigências para a qualidade da produção, bem como responder à Organização Comum do Mercado Vitivinícola, que regula a classificação das castas.

A delimitação da área de Produção da DOC da Bairrada, com os seus Concelhos e Freguesias, está representada espacialmente na Figura 1. Nos objetivos do Estatuto da Bairrada, publicado no Decreto-Lei 301/2003, estão inclusas a produção e a comercialização de vinho espumante de qualidade produzido em determinada região e de aguardente bagaceira. No ano seguinte, é publicada a Portaria n. 836/2004, do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, no Artigo 10º, em conformidade a proposta enviada pela Comissão Vitivinícola da Bairrada, estabelece que os vinhos “espumantes - carecem de um período mínimo de nove meses de permanência nas instalações após a data do engarrafamento para poderem ser comercializados [...], tintos com direito à menção “Clássico” - só podem ser engarrafados após um estágio mínimo de 30 meses. (PORTUGAL, 2004, p. 11207).

**Tabela 2** - Castas utilizadas na elaboração dos vinhos e produtos vitivinícolas com direito à Dominação de Origem – DO Bairrada

Castas	Cor	Nac/Int.	Castas	Cor	Nac/Int.	Castas	Cor	Nac/Int.
Arinto/Pedernã	B	Nac.	Viognier	B	Int.	Petit -Verdot	T	Int.
Bical/Barrado-das-Moscas*	B	Nac.	Alfrocheiro/Tinta Bastardinha*	T	Nac.	Pinot -Noir	T	Int.
Cercial*	B	Nac.	Aragonez/Tinta-Roriz/Tempranillo	T	Nac.	Rufete/Tinta-Pinheira	T	Nac.
Chardonnay	B	Int.	Baga*	T	Nac.	Syrah	T	Int.
Fernão-Pires/ou Maria Gomes*	B	Nac.	Bastardo	T	Nac.	Tinta-Barroca	T	Nac.
Pinot -Blanc	B	Int.	Cabernet - Sauvignon.	T	Int.	Tinto-Cão	T	Nac.
Rabo -de -Ovelha*	B	Nac.	Camarate*	T	Nac.	Touriga -Franca.	T	Nac.
Sauvignon	B	Int.	Castelão*	T	Nac.	Touriga Nacional*	T	Nac.
Sercialinho	B	Nac.	Jaen/Mencia*	T	Nac.			
Verdelho	B	Nac.	Merlot	T	Int.			

\*castas com direito à menção “Clássico”

Fonte: Portugal, 2014.

Com a publicação da Portaria n. 380/2012, de 22 de novembro, torna-se necessário atualizar a lista de castas. A partir disso, foi criada a Portaria n. 212/2014 (PORTUGAL, 2014), que define o regime de produção e comércio dos vinhos com direito à denominação de origem (DO) “Bairrada”, mantendo o reconhecimento da DO - Bairrada, bem como a atualização da lista de castas permitidas na produção dos produtos com direito à DO – Bairrada.

A Denominação de Origem designa ou identifica um produto originário de um lugar ou região, cuja qualidade ou características se devem essencialmente do meio geográfico, que compreende fatores naturais (como solo, clima etc.) e fatores humanos (como processos técnicos, costumes, tradições etc.). No entanto, para que um produto possa ser protegido como DO é necessário haver, mais rigorosa “conexão entre o produto e a região de origem, de forma a que este produto não possa ser reproduzível em outro local” (OLIVEIRA, 2010, p.7).

### **Análise do território vitivinícola**

Conforme salientado anteriormente, esta pesquisa é qualitativa, com análise de entrevistas envolvendo atores sociais, gestores públicos e privados, o que torna imperativo preservar suas identidades. As entrevistas foram fundamentais para mapear as práticas e as contradições no território, ou seja, a coleta de informações consiste em perceber as relações de produção, as ações e as estratégias que se estabelecem no interior do território.

As percepções e as expectativas dos viticultores e gestores estão mais relacionadas à dimensão econômica do que as demais DTGs, das atuações atomizadas das associações, das vitivinícolas e às iniciativas do setor público e privado.

Nesse sentido, pode-se citar o desenvolvimento industrial da Bairrada é um ponto importante, uma vez que a industrialização é uma das estratégias mais efetivas para a redução da pobreza e, conseqüentemente, para a diminuição do baixo índice de desemprego. Do mesmo modo, é oportuno destacar que a infraestrutura criada para atender às indústrias contribui para o desenvolvimento do setor vitivinícola.

Para o Entrevistado 1 (informação verbal)<sup>1</sup>, “a região da Bairrada é muito industrial, com grandes fábricas de cerâmicas, fábricas de bicicletas que vendem para o país inteiro. Não podemos viver só de gastronomia, embora seja um setor importante, porque temos muita restauração”. Nesse sentido, é importante salientar que a industrialização, a vitivinicultura, o turismo e a gastronomia elevam o território como destaque econômico. Ademais, estão relacionados ao baixo índice de desemprego da região se comparado a outras regiões do país.

**Tabela 3** - Percentual de desempregados com faixa etária entre 15 e 64 anos nos municípios da Bairrada

Municípios da Bairrada	Desempregados na Bairrada
	<b>2017</b>
Águeda	4,2
Anadia	4,1
Aveiro	5,5
Cantanhede	4,9
Coimbra	6,3
Mealhada	3,7
Oliveira do Bairro	4,0
Vagos	7,5
Média Bairrada	5,2

Fonte: INE /PORDATA (2019). Org. Andrade e Santos (2020).

De acordo com os dados contidos na Tabela 3, sobre o percentual de desempregados no território da Bairrada, a taxa do desemprego registrada é de 5,2%, índice inferior à taxa nacional de 6,5% (INE/ PORDATA, 2020).

No que se refere à gestão, o modelo de governança é preponderante. Em sua organização, ele apresenta diversidades de interesses derivados de agentes públicos e privados, que trabalham em conjunto, fundamentados em redes e em escalas. Conforme as palavras de um gestor público da Bairrada, Entrevistado 2 (informação verbal)<sup>2</sup>:

[...] este é o modelo de ocorrências que nós temos, um modelo baseado em agentes, privados e públicos que trabalham em conjunto e que trabalham em haver sempre em sintonia, é lógico que isso não está perfeito, não funciona de maneira perfeita e nunca vai funcionar, mas o nosso objetivo é ir endurecendo ao longo do tempo para que esse modelo consiga cada vez mais criar um haver mais forte e que os

<sup>1</sup> Entrevista concedida por Entrevistado 1 [05.2019]. Entrevistador: Aurea Andrade Viana de Andrade, 2019, arquivo mp3 (49 min.).

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Entrevistado 2 [05.2019]. Entrevistador: Aurea Andrade Viana de Andrade, 2019, arquivo mp3 (51 min.).

parceiros trabalhem cada vez mais juntos e, desta forma, ganharmos também escala naquilo que é a produção do território e a produção dos vinhos.

A Bairrada é influenciada na sua governança por (re)organizações espaciais que transcendem suas fronteiras no contexto regional europeu, regional dos distritos e local, isto é, os Nuts. Por se localizar no Centro de Portugal, apreende importantes vias de acesso, comunicação e circulação em seu território, que é cortado pelas principais rodoferroviárias que ligam todo território nacional e pelas fronteiras da Espanha, próximo ao litoral e dos principais portos e aeroportos do país.

O Entrevistado 6 (informação verbal)<sup>3</sup> assegura que a “Bairrada está extremamente servida de vias de comunicação, somos centrais no país. Temos ‘caminhos de ferrovias’, aeroportos a uma hora, outro a duas horas, não podemos ter melhor localização”. Nesse sentido, a região Centro de Portugal apresenta uma estrutura de transferência de informação e de circulação (pessoas, mercadorias) quase imediata em sua dinâmica em rede.

Segundo o Entrevistado 11 (informação verbal)<sup>4</sup>, “em relação à infraestrutura de transportes, na maioria das vias, foi grande esforço do governo nacional nos últimos 30 anos em Portugal. Hoje, é um país extremamente desenvolvido, não só as vias internacionais como regionais e municipais”. Essa estrutura de acesso aos mercados, regional, nacional e externo, é imprescindível para a atividade econômica, especialmente para a produção de vinho, para o turismo e a gastronomia.

A Bairrada é um território muito almejado por estrangeiros, que, em seus destinos, visam ao consumo de vinhos e, especialmente, ao turismo gastronômico. Trata-se, portanto, de um importante setor econômico, uma vez que contribui para intensificar o turismo e está diretamente ligado à tipologia dos vinhos. “O vinho está em sintonia com o que se come na região” (Entrevistado 4, 2019).

Na qualidade de território vitivinícola, a Bairrada tem influência de dois níveis de atividade econômica: a produção de vinho (DO e IG) e o turismo. No entanto, a produção e a comercialização de vinho estão diretamente relacionadas ao turismo. No que cabe à

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida por Entrevistado 6 [06.2019]. Entrevistador: Aurea Andrade Viana de Andrade, 2019, arquivo mp3 (74 min.).

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Entrevistado 11 [06.2019]. Entrevistador: Aurea Andrade Viana de Andrade, 2019, arquivo mp3 (50 min.).

destinação, isto é, à atividade turística, a Associação Rota Bairrada, que é a entidade responsável pelas estratégias de divulgação, é “de carácter regional, constituída sem fins lucrativos, que tem como objectivo a dinamização, promoção e valorização da actividade vitivinícola da Bairrada, e actividades afins, enquanto produtos turísticos e culturais da região” (ROTA BAIRRADA, 2019, on-line). Ela é formada por atores, públicos e privados, com associados, constituídos de produtores de vinhos, hotéis e instalações ligadas ao turismo.

Em termos de certificação é de competência da Comissão Vitivinícola da Bairrada – CVB. Trata-se de uma associação interprofissional em que estão representados a Produção e o Comércio. Entre suas responsabilidades estão: atribuir à Denominação de Origem Bairrada, ceder os selos de garantia para os vinhos aprovados, participar e promover a participação em feiras, bem como “apoiar a realização de acções de índole técnica e científica” (CVB, 2019, on-line). A Comissão também gerência e promove os vinhos dos seus produtores associados, de pequenos, médios e grandes produtores.

Outro ponto forte de destaque é a Adega Cooperativa de Cantanhede, fundada em 1954, “por um grupo de 100 viticultores que achavam que juntos seriam mais fortes” (Entrevistado 6, 2019). A cooperativa é anterior à criação do território DOC Bairrada, “muito embora a região tenha século de tradição na produção de vinho e a marca ganhou uma grade projeção nacional” (Entrevistado 6, 2019).

A cooperativa conta com mais de 1400 associados, dos quais “555 são ativos e representam cerca de mil hectares de vinha, o que, para região da Bairrada, é uma área muito grande, porque a região demarcada é relativamente pequena comparativamente com outras” (Entrevistado 6, 2019). A cooperativa é responsável por mais de um terço de toda produção do território. Desse um terço, a metade dessa produção é certificada com a Denominação de Origem, da área de incidência do *terroir* da Bairrada, Figura 4, e o restante de Indicação Geográfica Beira do Atlântico.

**Figura 4 - Vista parcial do *Terroir* Bairrada**



Legenda: Vista parcial da Vitivinícola Campolargo (2019).  
Foto: acervo pessoal.

O município de Cantanhede, especialmente a Adega cooperativa ocupa um papel importante na Bairrada, uma vez que são constituídas de produtores minifundiários, que individualmente teriam muita dificuldade em sobreviver com a produção de vinho, mesmo estando localizados em um território em que os componentes naturais são propícios a essa agricultura.

Por sua localização geográfica, a Bairrada possui uma combinação bem peculiar dos atributos naturais, como clima, solo e relevo. Como citado anteriormente, a Bairrada conta com uma extensão de aproximadamente 108.000ha, delimitada pelo rio Mondego, pelo rio Vouga, pelo Oceano Atlântico e pelas serras do Buçaco e do Caramulo. Esses atributos naturais, associados às técnicas de manejo e aos tipos de castas, especialmente a Baga, autóctone, de variedade tinta, dominante na região, são pontos positivos para o desenvolvimento e a qualidade da produção de vinho do *Terroir* Bairrada.

A Baga associada a outras castas contribui para a tipicidade, a identidade e a originalidade dos vinhos DOC Bairrada e Beira do Atlântico. Deve-se ressaltar, ainda, que a Baga é considerada uma das principais castas portuguesas, com grande variedade de tintos, rico em taninos, com potencial de envelhecimento, e que ela produz vinhos

intensos, bem estruturados e distintos. Apesar de a Baga estar presente em várias regiões do país, especialmente nas regiões de fronteira, como Dão, Beira, Ribatejo, ela melhor se adaptou ao clima da Bairrada e ao seu solo, onde se encontra a maior produção de vinhos de Baga de Portugal.

A Bairrada se tornou conhecida como território vitivinícola com a produção de vinhos tintos somente nas últimas décadas, porém os vinhos brancos passaram a ter papel de destaque desde 2003, especialmente na produção de espumantes. Embora a criação dos espumantes tenha acontecido há mais de 120 anos, com a influência e a contribuição dos franceses. Estes “transmitiram à região os conhecimentos do método champanhês, oficialmente designado por método clássico ou de fermentação em garrafas”, porém somente em meados da década de 2000 os espumantes tornaram-se importantes para econômica local (ROTA BAIRRADA, 2020, on-line). Os espumantes consistem em um tipo de vinho adquirido por meio da segunda fermentação do vinho em uma cuba fechada ou em garrafa, com adição de leveduras para proporcionar um nível significativo de dióxido de carbono.

**Figura 5** - Fermentação de Espumantes



Legenda: Caves Messias (2019).  
Foto: acervo pessoal.

De acordo com os dados contidos na Tabela 4, a Bairrada é a região vitivinícola portuguesa com maior índice de produção de espumantes do país. Segundo o Instituto da Vinha e do Vinho - IVV (2015, p. 5), “o volume produzido nesta região registou um aumento significativo a partir da campanha 2008/09, tendo nas campanhas 2009/10 a 2011/12 representado mais de 62% do total produzido em Portugal”. Ainda consoante dos dados da tabela, a Bairrada mantém-se como grande produtora de espumantes ainda hoje, ano de 2020. Em 2017/2018 ocorreu alta na produção, porém, nos anos de 2018/2019 e 2019/2020, manteve-se um equilíbrio, deferentemente da região de Távora Varosa e Terras de Cister, que apresentou queda significativa na produção em 2018/2019 e uma superprodução, superando a região da Bairrada, líder nacional, conforme citado.

**Tabela 4 - Volumes de vinho espumante produzido por Região Vitivinícola Portuguesa 2010/2011 a 2019/2020**

Produção Vinho Espumante (hl)	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Bairrada/ Beira do Atlânt.	13.691	15.114	14.588	16.688	21.177	22.156	21.825	28.857	20.450	20.653
Távora- Varosa	339	77	112	5.044	5.487	18.126	19.067	22.145	12.646	25.207
T. Cister										
Península Setúbal	1.952	1.700	5.337	4.799	3.327	1.411	1.380	2.150	1.400	2.604
Dão	1.517	2.043	3.652	1.936	2.747	3.369	2.177	3.463	2.051	3.364
Douro	1.955	3.225	2.606	2.483	2.045	1.714	725	2.689	02	0
Alentejo	1.150	1.017	1.103	1.311	1.387	1.242	1.823	1.560	1.543	1.512
Beira Interior	206	45	828	226	388	401	2.317	2.567	913	2.140
Tejo	202	142	520	143	360	14.213	451	331	2.015	497
Lisboa	395	514	593	445	352	1.327	2.216	945	1.576	1.870
Trás-os-Montes	18	316	200	320	123	310	14	25	72	59
Algarve	0	10	0	45	0	58	0	50	0	168
Minho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Açores	0	0	0	0	0	28	56	29	60	79
Madeira	0	0	0	0	0	0	0	23	0	23
TOTAL	21.425	24.203	29.539	33.440	37.393	64.355	52.051	64.834	42.728	58.176

Fonte: IVV (2020, on-line). Org. Andrade e Santos.

Na abordagem territorial, no âmbito das políticas públicas, há limitações do município em gerir programas governamentais estratégicos, que muitas vezes exigem o aumento das ações para além de seus limites políticos administrativos. De acordo com as percepções e as expectativas dos atores sociais da Bairrada, falta incentivo do governo nacional para uma política com visão integrada para o setor vitivinícola. Do mesmo modo,

os atores alegam que as linhas de financiamentos são limitadas, não incluem as castas internacionais e os projetos aprovados são aqueles em curto prazo.

Segundo o Entrevistado 3 (2019), na área de espumante, se um produtor desejar fazer um projeto de espumante de boa qualidade, precisará “contar com três anos para instalar uma vinha. Passados os três anos, têm as primeiras uvas, mas se quiser fazer espumante, tem que contar com mais três anos para produzir o vinho, colocar dentro de uma garrafa, ficar em estágio seis anos e depois vai começar a fazer a marca”.

Outro ponto destacado nas percepções é relativo às dificuldades de interpretação do conhecimento científico no processo de ordenamento territorial da Bairrada e nos processos técnicos. Para alguns bairradinos, “há um comportamento empírico e não científico do que cultivar no terreno” (Entrevistado 2), diferentemente do que acontece em outros países europeus como França e Itália. Do mesmo modo, alegam que “falta existirem instituições que sejam tradutoras daquilo que são as necessidades existentes pelos produtores de vinho e pelos produtores de uvas e daquilo que é a oferta de conhecimento que as instituições, como as universidades, estão disponíveis a produzir” (Entrevistado 2).

Ainda que existam importantes pesquisas realizadas por instituições de ensino superior de Coimbra e Aveiro, a relação voltada aos interesses das vitivinícolas da Bairrada precisa avançar. As universidades possuem grande conhecimento de transformação na organização do ordenamento territorial, poderiam contribuir significativamente na organização e de ampliação da racionalidade espacial.

Portugal vive um momento econômico bastante distinto de décadas passadas (2000/2014), porém persistem os reflexos da crise financeira global e da crise da dívida pública da área da UE, que pode ser uma das barreiras para investimentos no setor pelos grupos econômicos. A crise no período provocou na Bairrada o fechamento de várias caves e adegas cooperativas.

Na atualidade, a maioria das vinícolas da Bairrada é composta por pequenas empresas, em geral empresas familiares; e uma quantidade pequena de vinícolas é formada por empresas relativamente grandes, entre elas a Caves Messias, a Aliança, Campolargo e a Adega Cantanhede. Essas vinícolas têm a maior parcela de mercado de vinho. Mesmo a maior parte das vitivinícolas sendo familiares, na Bairrada, falta mão de obra para trabalhar na produção vinícola, especialmente mão de obra especializada. Além

disso, nas vindimas, o trabalho é realizado por pessoas idosas, algo decorrente da pouca incidência de jovens na região. Bastantes viticultores relatam grandes dificuldades de encontrar jovens dispostos a trabalhar nas vindimas no período entre a colheita das uvas e o início da produção do vinho.

**Figura 6 -** Trabalhadores nas vinhas



Legenda: Quinta dos Abibes (2019).  
Foto: acervo pessoal.

Conforme citado anteriormente, o território é constituído de minifúndios, o que, para alguns viticultores, pode ser a causa de atraso à mecanização, da baixa produção e do elevado custo para a produção de vinhos. Para Varela (2008), em Portugal, as regiões com presença de minifúndios foram menos assistidas pelas políticas públicas, visto que os investimentos destinaram-se a insumos agrícolas e edificações (esse problema tem sido levantado em estudos desde 2005).

É oportuno considerar que se utiliza pouca mecanização em minifúndio, porque boa parte do trabalho é desempenhado pelo próprio viticultor e por seus familiares. Ainda assim, permanece elevado o custo na viticultura, o que tributa juntamente com outros fatores no valor final da produção, tornando o vinho caro. Ao contrário dos vinhos

produzidos em larga escala, em que os custos são diluídos no grande volume, os vinhos bairradinos são, geralmente, de pequena escala de produção e de valor superior em relação às demais regiões DOC produtoras em grande escala.

Como se pode observar na análise da Bairrada, em seu território tem uma dinâmica positiva, isto é, contém um setor industrial forte, com baixo índice de desemprego, boa infraestrutura de rodoferroviário e com grande destaque na produção de espumantes.

### **Considerações finais**

No setor vitivinícola, em especial na Bairrada, existe uma relação estreita do setor público com o setor privado. Em outros termos, a atuação do Estado com os atores sociais locais na promoção de políticas territoriais é muito forte na região analisada. No entanto, observou-se um investimento tardio no setor vitivinícola em relação aos demais países europeus, bem como uma relação verticalizada entre governo nacional e os produtores de vinhos. Logo, é necessária uma relação mais horizontal entre atores e agentes públicos. Como discutido, apesar das características naturais serem favoráveis à produção vitivinicultura, até o final dos anos 1970, Portugal não investia nisso, mesmo reconhecendo a sua importância econômica, social e cultural.

Cumprido salientar que, com a criação da Bairrada como território Denominação de Origem em 1979, muitas modificações ocorreram especialmente na qualidade da produção de vinhos, seus tipos de castas e sua identidade, a fim de atender à Organização Comum do Mercado Vitivinícola Europeu, que regulava a classificação das castas e garantia que os vinhos não podiam ser reproduzíveis em outro local. Isso também contribuiu para a Bairrada se tornar ainda mais conhecida nacionalmente, expandir sua produção, em especial de espumantes, tornando-se líder nacional.

Na pesquisa, analisaram-se as estratégias desenvolvidas por vitivinicultores e por gestores do território da Bairrada. Foram avaliadas, sobretudo, as forças e as fraquezas internas ao território, bem como as oportunidades e as ameaças externas que influenciaram as formas de ações para o desenvolvimento positivo do território vitivinícola.

De acordo com as incursões relacionadas às dimensões territoriais geográficas analisadas, a maior proporção está relacionada à dimensão econômica, ou seja, observou-

se que, em termos econômicos, o território apresenta grandes avanços, especialmente em exportações. Apesar disso, faz-se necessário reverter alguns pontos frágeis relacionados ao incentivo do governo nacional para uma política com visão integrada para o setor vitivinícola e para as linhas de financiamentos a logo prazo.

Por a Bairrada estar localizada entre dois distritos (estados) administrativos, as ações de governança local são dificultadas, pois cada distrito organiza-se diversamente e cria estratégias diferentes. Apesar de os dois distritos terem importantes universidades, neste estudo, percebeu-se a necessidade de melhorar a relação entre universidade e comunidade, a fim de minimizar algumas lacunas. Notadamente, são necessárias ações de extensão com os vitivinicultores, pois a maioria é construída de pequenos produtores familiares, com pouco acesso ao conhecimento científico.

Na Bairrada, existe um desequilíbrio entre a demanda de mão de obra e a oferta de trabalho nas vinhas e em áreas de serviços especializados. Em parte, pode-se atribuir a estrutura fundiária de minifúndio, o que dificulta a mecanização e parte do trabalho realizado pelo próprio produtor e seus familiares, porém, em muitos casos, há necessidade de contratação de trabalhadores, o que eleva o custo para a produção de vinhos.

Em escala nacional, existe uma preocupação dos gestores locais, públicos e privados, com as práticas das políticas em curto prazo. Além disso, existe certa burocracia e morosidade na liberação de financiamentos destinados à produção vitivinícola. Deve-se ressaltar a necessidade da criação de políticas públicas de Estado, em longo prazo, envolvendo todos os setores de produção. As políticas são governamentais e mudam a cada novo governo.

Apesar das dificuldades, a Bairrada possui muitas oportunidades para seu crescimento e desenvolvimento em todas as dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais. No entanto, está sob ameaças de mercado, devido especialmente à competitividade acirrada entre os países do Mercosul e dos novos produtores, como EUA, Austrália e África do Sul.

## Referências

ALMEIDA, João Pedro Ventura Lopes de. **Caracterização física da região da Bairrada**: contribuição para a valorização dos recursos endógenos. 2008. 115p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

ALMEIDA, João; DINIS, Pedro; TAVARES, Alexandre. **Relações entre a litologia e a ocupação e uso do solo na Região da Bairrada**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Laboratório de Radioactividade, 2011. URI: <http://hdl.handle.net/10316.2/36292>. Acesso em: 3 abr. 2019.

ANDRADE, Áurea A. Viana de; SERRA, Elpídio. Território e desenvolvimento na perspectiva dos geógrafos da Escola de Turim – Itália. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 37, núm. 3, setembro-dezembro, p. 573-588, 2017.

BARROCO, Cristina; ANTUNES, Joaquim. A dinâmica das rotas de vinho como pólos de atracção turística em regiões do interior. In: SANTOS, Norberto. CRAVIDÃO, Fernanda. **Gastronomia e vinhos: do turismo de experiência à experiência pelo turismo**. Coimbra: Cegot. Minerva Coimbra, 2015. p. 278-299.

CLIMACO, Paulo; SILVA, J. Ricardo da; LAUREANO, Olga; CASTRO, Rogério. de; TONIETTO, Jorge. O clima vitícola das principais regiões produtoras de uva para vinho de Portugal. In: TONIETTO, J.; SOTÉS RUIZ, V.; GÓMEZ-MIGUEL, V. D. (Ed.). *Clima, zonificación y tipicidad del vino en regiones vitivinícolas iberoamericanas*. Madrid: CYTED, 2012. p. 313-357.

CASTRO, Ana Paula Lopes de. **Influência das redes na dinamização turística dos destinos: Rota da Bairrada**. 2014. 184p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2014.

CORREIA, Manuel Mendes. **As rotas dos vinhos em Portugal: estudo de caso da Rota do Vinho da Bairrada**. 2005. 164p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2005.

CVB. **Comissão Vitivinícola da Bairrada**.

<http://www.cvba Bairrada.pt/pt/conteudos/conteudos/scripts/core.htm?p=conteudos&f=conteudos&lang=pt&idcont=159>. Acessado em: 19 jun. 2019.

DANSERO, Egidio. Energie da contraddizione: innovazioni rurali e território riflessioni da alcune esperienze in Italia e in Piemonte In: SAQUET, Marcos Aurélio; DANSERO, Egidio. CANDIOTTO, Luciano. (orgs.). *Geografia dae para a Cooperação ao Desenvolvimento Territorial: Experiências Brasileiras e Italianas*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 207-230.

DANSERO, Egidio; BAGGIANI, Marco. **Politiche per L’ambiente: dalla natura al territorio**. 2. ed. Torino: UTET, 2011.

INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO. **O vinho espumante em Portugal e no mundo**. (2015). Disponível em:

[https://www.ivv.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=8079&fileName=Estudo\\_Espumantes\\_Portugueses\\_VersaoFina.pdf](https://www.ivv.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=8079&fileName=Estudo_Espumantes_Portugueses_VersaoFina.pdf). Acesso em: 17 jan. 2020.

LEPSCH, Igor. Fernando. **Formação e conservação dos solos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

MOTA, Arsénio. **Estudos Regionais da Bairrada**. Porto: Figueirinhas, 1993.

OLIVEIRA, Joana de Moura Leitão Barros. **Denominações de origem e indicações geográficas-proteção e impacto socio-económico**. 2010. 38p. Monografia (Especialização) – Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG. Lisboa, 2010.

PEREIRA, Maria da Conceição Freire de Brito. **Acção e património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)**. 2007. 271p. Dissertação (Mestrado em Estudos do Património) - Universidade Aberta. Lisboa, 2007.

PORTUGAL. **Resolução n. 334/79**. Define a orientação para a demarcação de novas regiões vitivinícolas. <https://dre.tretas.org/dre/208850/resolucao-334-79-de-30-de-novembro>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PORTUGAL. **Portaria n. 709-A/79**. Reconhece como denominação vinícola de origem a designação “Bairrada”, reservada aos vinhos típicos, brancos tintos, produzidos nessa região. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/510041>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n. 46/1989**. Estabelece as Matrizes de Delimitação Geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS). Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1989/02/03800/05900594.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n. 70/1991**. Aprova o Regulamento da Denominação de Origem Controlada da Bairrada. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/70/1991/02/08/p/dre/pt/html>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PORTUGAL. **Portaria n. 836/2004**. O Estatuto da Região Vitivinícola da Bairrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 301/2003, de 4 de Dezembro, estabelece que os estágios mínimos dos vinhos com direito à denominação de origem controlada da Bairrada são fixados por portaria do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/1718379>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n. 21/2010**. Integra o concelho de Mação na unidade territorial do Médio Tejo. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2010/08/16300/0366103662.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

PORTUGAL. **Portaria n. 380/2012**. Estabelece as castas de uvas aptas à produção de vinho em Portugal e revoga a Portaria n.º 428/2000, de 17 de julho. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/191079>. Acesso em: 17 jan.2021

PORTUGAL. Drapc. **Relatório de Actividades**. (2013). Estação de Avisos da Bairrada. Disponível

em:[https://www.drapc.gov.pt/base/documentos/eabairrada\\_relatorio\\_final\\_anexos\\_2013](https://www.drapc.gov.pt/base/documentos/eabairrada_relatorio_final_anexos_2013)  
. Acesso em: 06 jun. 2020.

PORTUGAL. **Portaria n. 212/2014**. Define o regime de produção e comércio dos vinhos com direito à denominação de origem (DO) “Bairrada” mantendo o reconhecimento da DO “Bairrada”. Procede ainda à atualização da lista de castas permitidas na produção dos produtos com direito à DO “Bairrada”. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/58278272>. Acesso: 17 jan. 2021.

PORDATA – **Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal**. (2019). Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios>. Acesso em: 17 jan. 2020.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROTA BAIRRADA. <https://www.rotadabairrada.pt/quemsomos/?id=3&title=quem-somos&idioma=pt> Acessado em 19 jun. 2019.

SALVADO, Josefina Olívia. Boticas e o “Vinho dos Mortos”: reforçar a identidade cultural do território na experiência de enoturismo. **Rev. Bras. Pesq. Tur.** [online], vol.11, n.2, p.294-319, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i2.1304>. Acesso em: 1º jun. 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 479-505, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, 2018, p. 479 - 505.

TEDESCO, Carlos João. **Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social**. 2. ed. Passo Fundo-RS: EPF, 2003.

VARELA, José Augusto dos Santos. **Estruturas da Propriedade e Culturas Regionais**. *In*: PORTUGAL: Percursos de Interculturalidade. Volume 1. Ano 2008. [https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/1\\_PI\\_Cap4.pdf/36df902e-78c5-468a-b944-e86e1672047](https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/1_PI_Cap4.pdf/36df902e-78c5-468a-b944-e86e1672047). Acesso em: 13 abr. 2020.

Recebido em 30/11/2020. Aceito para publicação em 27/01/2021.
--